



Prefeitura Municipal da Estância Turística de Paraguaçu Paulista
Estado de São Paulo

LEI COMPLEMENTAR Nº. 119, DE 31 DE MARÇO DE 2010

Autoria do Projeto: Sr. Prefeito Municipal

“Dispõe sobre alterações na Lei Complementar nº. 058/2005, que trata da Estrutura Administrativa e do Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal da Estância Turística de Paraguaçu Paulista”.

EDINEY TAVEIRA QUEIROZ, Prefeito Municipal da Estância Turística de Paraguaçu Paulista, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal **APROVOU** e ele **PROMULGA** a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º Fica alterada a estrutura administrativa da Prefeitura Municipal da Estância Turística de Paraguaçu Paulista.

§1º O Departamento de Vigilância e Patrimônio fica transformado em Departamento de Segurança, Trânsito e Transportes – DESETRANS.

§2º A Assessoria de Planejamento - ASPLAN fica transformada em Assessoria de Assuntos Legislativos - ALEGIS.

Art. 2º Para atendimento do disposto no art. 1º desta Lei Complementar ficam criados no Quadro de Pessoal de Provimento em Comissão da Prefeitura Municipal, os cargos relacionados abaixo, que integrarão o Anexo I da Lei Complementar nº. 058, de 22 de dezembro de 2005:

Quantidade	Denominação do Cargo	Referência	Jornada de Trabalho/semanal
1	Diretor do Departamento de Segurança, Trânsito e Transportes	79	Até 44h
1	Assessor de Assuntos Legislativos	78	Até 44h

Art. 3º Considerando o disposto nos arts. 1º e 2º desta Lei Complementar, a Lei Complementar nº. 058, de 22 de dezembro de 2005, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 16.

I –

b)

10. Departamento de Segurança, Trânsito e Transportes - DESETRANS;

.....” (NR)

“Art. 19.

I –

a) Assessoria de Assuntos Legislativos - ALEGIS;

.....” (NR)



Prefeitura Municipal da Estância Turística de Paraguaçu Paulista
Estado de São Paulo

Lei Complementar nº. 119, de 31 de março de 2010 Fls. 2 de 7

TÍTULO III -

CAPÍTULO I -

Seção I -

Subseção I - Da Assessoria de Assuntos Legislativos

Art. 20. À Assessoria de Assuntos Legislativos - ALEGIS compete:

I - assessorar direta e imediatamente o Prefeito Municipal sobre assuntos legislativos;

II - assessorar o Prefeito nos contatos com o Poder Legislativo recebendo suas solicitações e sugestões, encaminhando-as e, quando for o caso, respondendo-as;

III - promover, em articulação com o Departamento de Assuntos Jurídicos e outros órgãos municipais, a elaboração de projetos de leis, decretos, regulamentos, mensagens ou outros documentos de relevância para o Governo Municipal;

IV - estudar processos e assuntos que lhe sejam submetidos pelo Gabinete do Prefeito, elaborando pareceres, se necessários;

V - analisar, com o respaldo do Departamento de Assuntos Jurídicos, aspectos de constitucionalidade e legalidade da legislação municipal;

VI - despachar com o Prefeito e participar de reuniões quando convocado;

VII - acompanhar a tramitação dos projetos de leis do Executivo na Câmara Municipal e manter controle que lhe permita prestar informações precisas ao Prefeito;

VIII - promover a publicação das leis, decretos e demais atos administrativos;

IX - manifestar-se, com o respaldo do Departamento de Assuntos Jurídicos, acerca da constitucionalidade e legalidade das Leis encaminhadas pelo Legislativo para sanção do Executivo;

X - emitir pareceres, com o respaldo do Departamento de Assuntos Jurídicos, sobre questões relacionadas com a constitucionalidade e legalidade de propostas de projetos de leis, decretos, portarias e demais atos administrativos apresentados pelo Prefeito, Diretores e demais dirigentes municipais;

XI - fornecer ao Prefeito, Diretores e demais dirigentes municipais cópias das leis, decretos, portarias e demais atos administrativos publicados;

XII - controlar os prazos facultados pela Lei Orgânica do Município para sanção ou veto dos projetos de leis;

XIII - organizar e manter atualizados arquivos e fichários de leis, decretos, regulamentos e outros atos de interesse da Administração Municipal;

XIV - assessorar os órgãos municipais quanto à técnica legislativa e prestar-lhes informações sobre leis, decretos e outros atos normativos;





Prefeitura Municipal da Estância Turística de Paraguaçu Paulista
Estado de São Paulo

Lei Complementar nº. 119, de 31 de março de 2010 Fls. 3 de 7

XV - executar outras tarefas correlatas e determinadas pelo Prefeito Municipal.”
(NR)

“Art. 22. À Secretaria do Gabinete do Prefeito - SGAP compete:

I - assistir diretamente ao Gabinete do Prefeito no desempenho de suas funções;

II - expedir as correspondências do Gabinete do Prefeito;

III - zelar pela guarda dos livros de leis, decretos, portarias e demais atos administrativos; e

IV - zelar pela guarda de termos de convênios e demais documentos relacionados;

V - executar outras tarefas correlatas e determinadas pelo Prefeito Municipal.” (NR)

“Art. 28.

I - órgãos de assessoramento intermediário: Comissão Permanente de Julgamento e Licitações - CPJL;

II - órgãos de execução:

a) Divisão de Expediente;

b) Divisão de Material e Patrimônio;

c) Divisão de Orçamento e Contabilidade;

d) Divisão de Pessoal;

e) Divisão de Recursos Humanos;

f) Divisão de Rendas;

g) Divisão de Tesouraria; e

h) Divisão de Informática.” (NR)

“TÍTULO III -

CAPÍTULO I -

Seção XII – Do Departamento de Segurança, Trânsito e Transportes” (NR)

“Art. 44-A. Ao Departamento de Segurança, Trânsito e Transportes – DESETRANS compete:

I - no âmbito das políticas de segurança do Município:

a) planejar a operacionalidade das políticas de segurança patrimonial;

b) viabilizar o entrosamento do Poder Público Municipal com os órgãos de segurança de outros níveis federativos que atuem no Município;

c) auxiliar a obtenção de linhas de crédito específicas para programas voltados para a segurança;





Prefeitura Municipal da Estância Turística de Paraguaçu Paulista
Estado de São Paulo

Lei Complementar nº. 119, de 31 de março de 2010 Fls. 4 de 7

d) coordenar as atividades da Guarda Civil Municipal;

e) fomentar a participação da comunidade na formulação e aplicação das políticas de segurança;

II - no âmbito das políticas de segurança social:

a) realizar estudos e desenvolver projetos voltados à segurança, em parceria com a comunidade, órgãos públicos e entidades da sociedade civil;

b) planejar a operacionalidade das políticas públicas de segurança social, em conjunto com órgãos municipais;

c) formular e aplicar, diretamente ou em colaboração com órgãos municipais, as políticas inerentes ao departamento;

III - no âmbito das políticas de trânsito do Município, nos termos do art. 24 do Código de Trânsito Brasileiro, Lei Federal nº 9.503 de 23 de setembro de 1997:

a) estabelecer as diretrizes da política municipal de transporte público, trânsito e tráfego;

b) participar do planejamento urbano e de outras ações que interfiram no planejamento do transporte, trânsito, tráfego e sistema viário;

c) buscar, em articulação com os demais Departamentos Municipais, novos modelos de financiamento, assegurando recursos para manutenção e operação da infraestrutura de transporte;

d) implantar e fazer cumprir as normas da política nacional de trânsito;

e) articular-se com os órgãos federais e estaduais, com vistas a expandir e melhorar a malha viária do município;

f) planejar, projetar, regulamentar o trânsito de veículos, motorizados ou não, de pedestres e de animais;

g) fiscalizar, diretamente ou em convênios com órgãos federais e estaduais, o cumprimento das normas nacionais, especialmente a contida no art. 24 do Código de Trânsito Brasileiro, aplicando as penalidades e arrecadando as multas nele previstas;

h) implantar, manter e operar o sistema de sinalização, os dispositivos e equipamentos de controle viário;

i) implantar e gerir os programas que envolvam a geração de receitas para o sistema;

j) estabelecer parcerias com órgãos municipais, estaduais e federais, organizações não governamentais nacionais e internacionais, objetivando o incremento de recursos financeiros e tecnológicos para melhor desempenho de suas atividades;

k) exercer outras atividades pertinentes às diversas áreas de atuação do Departamento ou determinadas pelo Prefeito Municipal." (NR)

"Art. 44-B. O Departamento de Segurança, Trânsito e Transportes terá a seguinte estrutura:





Prefeitura Municipal da Estância Turística de Paraguaçu Paulista
Estado de São Paulo

Lei Complementar nº. 119, de 31 de março de 2010 Fls. 5 de 7

I - órgãos de assessoramento intermediário:

- a) Comissão de Avaliação de Multas de Trânsito; e
- b) Comissão Municipal de Trânsito.

II - órgãos de execução:

- a) Divisão de Segurança Municipal;
- b) Divisão de Trânsito e Transportes." (NR)

"Art. 61.

I -

h) Coordenador de Vigilância Sanitária e Assessor de Assuntos Legislativos: 60%
(sessenta por cento);

....." (NR)

Art. 4º Considerando o disposto nos arts. 1º e 2º desta Lei Complementar, fica o Poder Executivo autorizado a promover a devida consolidação da Lei Complementar nº. 058, de 22 de dezembro de 2005, e seus anexos.

Art. 5º O Poder Executivo expedirá, mediante decreto, a regulamentação que se fizer necessária à perfeita execução desta Lei Complementar, observados os princípios nela consignados.

Art. 6º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Estância Turística de Paraguaçu Paulista-SP, 31 de março de 2010.

EDINEY TAVEIRA QUEIROZ
Prefeito Municipal

REGISTRADA nesta Secretaria em livro próprio, na data supra e **PUBLICADA** por Edital afixado em lugar público de costume.

RONALDO CÉSAR BRAGA COSTA
Chefe de Gabinete





Prefeitura Municipal da Estância Turística de Paraguaçu Paulista
Estado de São Paulo

Lei Complementar nº. 119, de 31 de março de 2010 Fls. 6 de 7

DEMONSTRATIVO DA GERAÇÃO DE DESPESA OBRIGATÓRIA DE CARÁTER CONTINUADO
Art. 17, LRF

1. EVENTO: Criação de cargos e alteração da estrutura administrativa da Prefeitura Municipal

2. PREMISSAS E METODOLOGIA DE CÁLCULO

2.1. Premissas

A presente proposta prevê a alteração da estrutura administrativa da Prefeitura Municipal da Estância Turística de Paraguaçu Paulista. O atual Departamento de Vigilância e Patrimônio fica transformado em Departamento de Segurança, Trânsito e Transportes – DESETRANS. E a atual Assessoria de Planejamento - ASPLAN fica transformada em Assessoria de Assuntos Legislativos – ALEGIS. Propõe-se também a criação dos cargos de Diretor do Departamento de Segurança, Trânsito e Transportes, e de Assessor de Assuntos Legislativos. Os gastos com o evento será de R\$ 13.458,15 mensais, com demanda prevista a partir de 01/04/2010.

2.2: Metodologia de Cálculo

Gastos com o Evento	Impacto (R\$)
Salários	10.110,55
Encargos Patronais	3.347,60
Total Mensal	13.458,15

Memória de Cálculo:

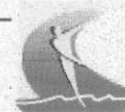
Exercício	Impacto Mensal Folha de Pessoal (R\$ 1,00)	multiplicado	Período (12 salários + 13º + 1/3 férias)	igual	Impacto Anual Folha de Pessoal (R\$ 1,00)
2010*	13.458	X	9,99	=	134.447
2011	13.458	X	13,33	=	179.397
2012	13.458	X	13,33	=	179.397

* Período: Abril a Dezembro = 9 meses (13,33 / 12 x 9)

2.3. Impacto Orçamentário e Financeiro

R\$ 1.000,00

ESPECIFICAÇÃO	2010	2011	2012
1. Superávit (Déficit) Financeiro Exercício Anterior	9.939	7.250	7.250
2. Receita Prevista	77.035	81.000	85.000
3. Disponibilidade Financeira (1+2)	86.974	88.250	92.250
4. Custo do Evento	134	179	179
5. —			
6. Custo Total do Evento	134	179	179
7. Impacto Orçamentário (6 / 2)	0,17%	0,22%	0,21%
8. Impacto Financeiro (6 / 3)	0,15%	0,20%	0,19%





Prefeitura Municipal da Estância Turística de Paraguaçu Paulista
Estado de São Paulo

Lei Complementar nº. 119, de 31 de março de 2010 Fls. 7 de 7

3. DEMONSTRATIVO DA ORIGEM DOS RECURSOS PARA O CUSTEIO DAS DESPESAS OBRIGATÓRIAS DE CARÁTER CONTINUADO E COMPROVAÇÃO DA NÃO AFETAÇÃO DAS METAS DE RESULTADOS FISCAIS PREVISTAS PARA O EXERCÍCIO DE INÍCIO DE VIGÊNCIA.

Estimativa da Despesa (R\$ 1,00)	Dotação Existente (R\$ 1,00)	Crédito Suplementar / Especial	Fonte de Custeio
134.447	27.104.800	—	Arrecad.

Foi verificado o impacto orçamentário e financeiro no exercício de início da vigência do evento, havendo no orçamento aprovado, disponibilidade para empenhamento das despesas obrigatórias de caráter continuado, não afetando, portanto, as metas de resultados fiscais fixadas, haja vista já estarem devidamente impactada no orçamento do exercício.

4. DEMONSTRATIVO DA COMPENSAÇÃO FINANCEIRA DOS SEUS EFEITOS NOS PERÍODOS SEGUINTES A ASSUNÇÃO DE DESPESAS OBRIGATÓRIAS DE CARÁTER CONTINUADO.

R\$ 1.000,00

Evento	2011	2012
Redução permanente de despesa	179	179
Total	179	179

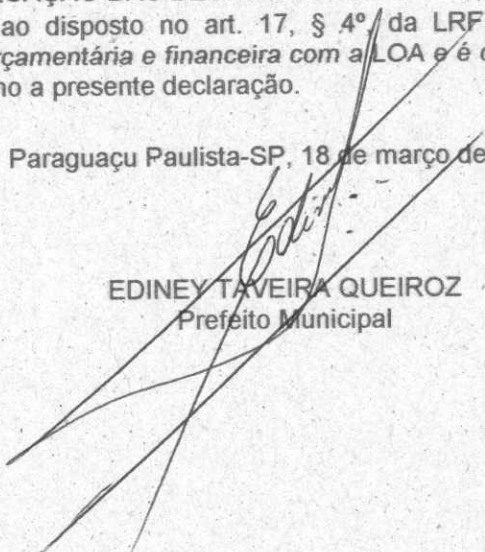
Premissas

O montante de despesa criada por esta proposta será compensada com a redução permanente da despesa geral do Município, observadas as disposições da Lei de Diretrizes Orçamentárias e devidamente impactadas nos orçamentos dos exercícios seguintes.

5. DECLARAÇÃO DE ADEQUAÇÃO DAS DESPESAS COM O PPA, LDO E LOA

Declaro, em cumprimento ao disposto no art. 17, § 4º da LRF, que a despesa constante deste processo, tem adequação orçamentária e financeira com a LOA e é compatível com a LDO e o PPA. E, por ser verdade, dato e assino a presente declaração.

Paraguaçu Paulista-SP, 18 de março de 2010.


EDINEY TAVEIRA QUEIROZ
Prefeito Municipal

